

Ações de resistência no Complexo da Maré: produção de vida em um contexto marcado por necropolíticas

Rodrigo dos Santos Monteiro

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil
rodrigo87monteiro@gmail.com
orcid.org/0000-0002-9186-9953

Resumo | O histórico do Complexo da Maré é marcado por uma série de necropolíticas (MBEMBE, 2018b). Como forma de resistência, a organização Redes da Maré busca reparar algumas marcas deixadas nesse processo. O recorte escolhido por este artigo apresenta o Centro de Artes da Maré como eixo que não aparta ação artística e cidadania e que promove, através de suas ações performativas (NYONG'O, 2019), um exercício constante da empatia radical (VALVERDE, 2015) como movimento latente de transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Necropolítica. Redes da Maré. Centro de Artes da Maré.

Acciones de resistencia en el Complejo da Maré: producción de vida en un contexto marcado por necropolíticas

Resumen | La historia del Complejo da Maré es marcado por una serie de necropolíticas (MBEMBE, 2018b). Como forma de resistencia, la organización Redes da Maré busca reparar algunas marcas dejadas en ese proceso. El recorte escogido por este artículo presenta el Centro de Artes da Maré como eje que no aparta la acción artística y ciudadana y que promueve, a través de sus acciones performativas (NYONG'O, 2019), un ejercicio constante de empatía radical (VALVERDE, 2015) como movimiento latente de transformación.

PALABRAS CLAVE: Necropolítica. Redes da Maré. Centro de Artes da Maré.

Resistance actions in Complejo da Maré: production of life in a context marked by necropolitics

Abstract | The history of Complejo da Maré is marked by a series of necropolitics (MBEMBE, 2018b). As a form of resistance, the organization Redes da Maré seeks to repair some marks left in the process. This article presents Maré Arts Center as an axis that does not separate artistic action and citizenship; instead, it promotes, through its performative actions (NYONG'O, 2019), a constant exercise of radical empathy (VALVERDE, 2015) as a latent movement transformation.

KEYWORDS: Necropolitics. Redes da Maré. Centro de Artes da Maré.

Submetido em: 20/09/2020
Aceito em: 03/10/2020
Publicado em: 09/11/2020

Introdução

Desde 1997, a Redes da Maré, organização civil que atua no Complexo da Maré nos eixos de arte e cultura, desenvolvimento territorial, segurança pública e educação, vem acompanhando as transformações da região. Ao longo de vinte e três anos, as dezesseis favelas que constituem o complexo foram e continuam sendo lugares em que a necropolítica reiteradamente se sobrepõe às políticas baseadas em igualdade e justiça social. Este artigo apresenta um breve histórico da formação do Complexo da Maré, bem como dos diversos problemas sociais que foram se consolidando desde seu início histórico e que parecem ter sido impregnados em sua estrutura mais atual. Como lugar de resistência a essa lógica, a Redes da Maré, através do recorte aqui dado nas ações de teatro e dança promovidas pelo Centro de Artes da Maré, indica possibilidades de transformação através de ações cultu-rais.

Marcadas pela escravidão desde o início, a formação das favelas no Rio de Janeiro evidencia o contexto de desigualdade e de injustiça social no Brasil. Nesse sentido, o conceito de necropolítica, aqui retratado via Achille Mbembe (2018b), ajuda a compreender o porquê de a política da morte ser, no Brasil, implantada muito antes da formação das primeiras favelas cariocas.

Ao propor o conceito de necropolítica, Mbembe contrapõe-se a outro importante estudioso contemporâneo da biopolítica: Giorgio Agamben. Segundo Mbembe, ao relatar as mortes produzidas pelo Holocausto durante a primeira metade do século XX, Agamben retrata algo mais recente dentro de nossa história: a tanatopolítica.

Agamben (2008) chama atenção para uma figura bastante singular presente nos campos de concentração: o mulçumano. Pessoas tomadas pela fome, os mulçumanos tinham suas forças esgotadas, o que os impedia de realizar tarefas simples, como andar ou mesmo articular um pensamento. O termo mulçumano, naquele caso, não estava relacionado ao islamismo, mas fazia referência ao desenhado do corpo fechado em si mesmo, característico dos momentos de prece daquela religião. Em suma, no campo, o mulçumano era um “não-homem”, alguém que “chegou ao fundo” (AGAMBEN, 2009, p. 61) e que, de algum modo, mesmo embora ainda estivesse vivo, já se apresentava diante de um processo de morte.

Mbembe (2018b), por sua vez, afirma que muitos dos recursos que produziram mortes durante o Holocausto são, na verdade, mais antigos, remetendo aos períodos das colonizações. Já nas *plantations* e no movimento de tráfico de seres humanos tornados escravos, a vida era tratada como objeto, o que justificava que ela fosse destituída.

É possível perceber que tanto na tanatopolítica de Agamben quanto na necropolítica de Mbembe, o que está em jogo são níveis distintos de produção de morte. Ao passo que, para Agamben, a vida era dessubjetivada, isto é, desqualificada para então ser retirada; em Mbembe, a dessubjetivação leva à objetificação que, em algum momento, não deixa de levar à morte. Na tanatopolítica, a impossibilidade de vida é construída enquanto processo de subjetivação durante a vida e tem como finalidade última a morte em si. Por outro lado, a dessubjetivação promovida

pela necropolítica almeja a transformação das pessoas em coisas que podem ser usadas para propósitos específicos.

Não podemos desmerecer, todavia, o fato de que, no processo de colonização do Brasil – exemplo marcante de necropolítica –, inúmeras pessoas tenham sido mortas pelo fato de suas vidas serem consideradas menores ou sem valor. Contudo, há também que se levar em conta que o próprio sentido do viver tem sido radicalmente afetado por um contexto marcado pela violência (direta e indireta), por desigualdades abissais e pela precariedade de serviços essenciais, como saúde e educação. As diversas formas de precarização do capitalismo tem se alastrado por todos os cantos do planeta, afetando a tudo e a todos, conforme alerta Mbembe:

Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos de o *devenir-negro do mundo* (MBEMBE, 2018a, p. 19-20, grifos do autor).

Seguindo essa lógica, pode-se dizer que o *devenir-negro* no mundo mencionado por Mbembe (2018a) espalha-se vertiginosamente, já que a precarização das condições de vida não apenas se intensifica na população negra, como também acomete um espectro social mais amplo. Tal *devenir* produz um aumento das formas de exclusão por todo o mundo. Em muitos casos, vale enfatizar, a pele negra continua sendo estigma para a radicalização da violência – fato que, no Brasil, é mais do que evidente.

Diante desse cenário, algumas ações configuram-se como ativadoras de feixes de vida. Este artigo sugere que, através de suas ações performativas, o Centro de Artes da Maré apresenta-se como importante organização que aciona aquilo que a pesquisadora espanhola Clara Valverde (2015) chama de empatia radical. Pro-veniente do desejo de entender, aceitar e sentir-se solidário perante as emoções e vivências do outro, a empatia radical desestabiliza a relação entre incluídos e excluídos à medida que denuncia que o sistema de exclusão pode, de acordo com um interesse e um contexto específicos, acometer a todos nós.

Muito já tem se discutido sobre o conceito de performatividade. De um modo geral, a partir do que é colocado por Georges Yúdice para analisar diferentes dinâmicas da cultura, podemos entender que:

A performatividade baseia-se na crença de que a manutenção do status quo, isto é, a reprodução de hierarquias sociais relativas à raça, gênero, sexualidade, é obtida pela repetição de normas performativas. Diariamente, ensaiamos os rituais da conformidade por meio da indumentária, dos gestos, do olhar, e da interação verbal dentro do contexto do local de trabalho, da escola, da Igreja, do órgão governamental. Mas a repetição nunca é exata; pessoas, especialmente aquelas com a intenção de desidentificar ou “transgredir”, não dei-

xam de repetir, elas só “fracassam em repetir fielmente”. (YÚDICE, 2013, p. 81)

Para os propósitos deste artigo, o modo como Tavia Nyong’o (2019) compreende a ação performativa, que se manifesta através de processos de fabulação, parece iluminar algumas questões que se aproximam do contexto do Centro de Artes da Maré. O autor chama atenção para o fato de que a fabulação expõe a relação entre verdade e mentira de modo que ultrapassa o sentido moral possivelmente presente nesses termos. Ficções não são apenas aquelas que dizem respeito a uma fantasia desprezível ou à contação de histórias partilhada socialmente. Pelo contrário, elas surgem da indeterminação e do fluxo da vida e da morte, sendo que a vida, ao que tudo indica, parece ser a maior de todas as ficções (NYONG’O, 2019, p. 15). A fabulação, vista pelo autor como uma teoria do evento, atém-se àquilo que não é descrito explicitamente, mas que, quando trazido à superfície, pode proporcionar mudanças no entorno; mudanças que parecem emergir de repente, do nada.

Ao atuar como uma espécie de ranhura no cenário da Maré, o Centro de Artes da Maré parece exercitar uma forma de empatia, sobretudo quando promove um fluxo de descrição que só pode ser comunicado através de ações artísticas e culturais. Conforme será visto a seguir, a história do Complexo da Maré é repleta de casos e descasos que marcaram profundamente a malha social e cultural daquele lugar. Ações performativas promovidas pelo Centro de Artes da Maré, em especial através da dança e do teatro, permitem, contudo, que ações de resistência sejam instigadas. Ao invés de compreender a ação performativa como algo que se mantém invisível, nas sombras, as questões desenvolvidas pelo centro de artes segue, de algum modo, a proposta de Tavia Nyong’o, para quem a possibilidade de transformação do coração da História se faz aparecer através de fabulações (NYONG’O, 2019, p. 18-20). Desse modo, a dessubjetivação da vida sustentada por dispositivos da necropolítica é retrucada por atividades que convidam o corpo a novamente se expandir. Essa expansão, por sua vez, pode ser entendida tanto naquilo que diz respeito à possibilidade de o corpo entender a si próprio como uma vida que merece

– e deve – ser vivida, quanto naquilo que se refere à dimensão política da mudança macrossocial.

Necropolíticas fundatórias do Complexo da Maré

O ano de 1888 marca oficialmente o fim de um período de mais de trezentos anos de escravidão no Brasil. De lá pra cá, os cento e trinta anos que se passaram não foram suficientes nem mesmo para que as profundas marcas deixadas pudessem começar a se cicatrizar. São inúmeras as heranças deixadas pela escravidão e talvez sejam as desigualdades econômicas e sociais as principais causas das formas de violência que ainda desenham nossa paisagem atual.

A cidade do Rio de Janeiro tem papel importante nessa história. Foi nela que uma transformação radical se iniciou a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808. As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 175-180) sinali-

zam que, ao se tornar capital do Império a partir daquele ano, eram poucos os alojamentos na cidade para abrigar a comitiva real e, por isso, as casas que eram por ela escolhidas tinham que ser desocupadas por seus moradores. Schwarcz e Starling (2015, p. 177) comentam que nas desapropriações forçadas pela Lei das Aposentadorias imprimia-se a giz nas fachadas dos prédios um “PR”, de “príncipe real”, mas que, na linguagem popular, era entendido como “ponha-se na rua” ou “prédio roubado”.

Uma profunda modificação urbana começou a ser realizada no Rio de Janeiro a partir de então, mas foi com o início do século XX que a paisagem que conhecemos hoje ficou mais demarcada. Schwarcz e Starling (2015, p. 327) apontam que foi com o intuito “civilizatório” do presidente Rodrigues Alves, no período de Regeneração, entre 1902 e 1906, que o Rio de Janeiro passou a ser uma espécie de vitrine para os interesses estrangeiros. As autoras sublinham que, junto com o processo de urbanização daquela época, a população pobre era expulsa da região central da cidade.

Além do fluxo migratório de ex-escravos após a abolição da escravidão, um grande número de soldados vindos da Guerra de Canudos para o Rio de Janeiro contribuiu para que fosse criada, no morro da Providência, zona portuária da cidade, aquela que ficou conhecida como a sua primeira favela (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 337). Acampamentos provisórios criados próximos ao Ministério da Guerra, que reivindicavam moradias, transformaram-se em definitivos e cada vez mais os morros nas laterais das cidades foram sendo ocupados.

Ao longo de todo o século XX, inúmeras favelas foram erguidas no Rio de Janeiro, dentre elas: o Complexo da Maré, um conglomerado de 16 favelas na zona norte e o maior complexo da cidade. Até o início daquele século, a região era um pântano próximo à Baía de Guanabara. O governo de Getúlio Vargas no Estado Novo tinha um projeto de transformação da área em um grande anel industrial. Conforme mencionado por Simon Marijsse (2017), a construção, em 1946, da via expressa Variante Rio-Petrópolis – posteriormente chamada de Avenida Brasil –, teve papel significativo na expansão do que hoje forma o Complexo da Maré.

A promessa de criação de empregos provenientes de indústrias que lá se instalavam fez com que diversas pessoas comessem a habitar a região. Naquele processo, a Avenida Brasil tornou-se também via de fornecimento de materiais de construção para que as pessoas erguessem suas casas. Marijsse lembra que o fluxo migratório para o Rio de Janeiro (e também para São Paulo) decorre, em grande parte, por conta de um forte período de seca no nordeste brasileiro. O autor menciona que “naquele tempo, o Morro do Timbau era a única área continental, cercada de água e pântano” e que “conforme a migração se intensificou, as pessoas construíram palafitas, acima da água, criando a comunidade Baixa do Sapateiro em 1940” (MARIJSSE, 2017, online).

Durante as décadas de 1950 e de 1960, as comunidades construídas em palafitas aumentaram. O Parque da Maré, o Parque Rubens Vaz e o Parque União iniciaram uma expansão na área. Marijsse sublinha que a favelização daquela região é um reflexo nacional da urbanização, indicando que, de 1950 a 1991, houve um au-

mento na concentração da população em áreas urbanas, que passou de 36,2% para 75,2%. O autor também reforça que, especificamente no Rio de Janeiro, durante as décadas de 1950 e de 1960, os projetos de modernização da Zona Sul contribuíram para que grandes remoções de favela fossem feitas.

Antônio Carlos Pinto Vieira antigo presidente da Associação de Moradores do Timbau, relembra:

Eu tenho notícias de processos de remoções de moradores, já na década de 50. Mas foi um processo de resistência também. A Maré foi se formando apesar desse processo. Aqui também surgiram as anti-gas associações de moradores, em um processo de associativismo. A Favela do Timbau foi fundada em 1954 e Baixa do Sapateiro em 1956 ou 1957.

Durante o regime militar dos anos 1960, inúmeras partes da Zona Sul do Rio de Janeiro passaram por reformulações urbanísticas. A construção de túneis, viadutos e parques removeu moradores de áreas pobres daquela região. Muitos deles foram morar em outros locais da cidade, como a Maré e, especificamente naquele período e com aquelas pessoas, formou-se o que seria uma moradia temporária, mas que é hoje a comunidade Nova Holanda.

Até o início dos anos 1980, eram seis favelas que constituíam a configuração da Maré: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque União e Nova Holanda. No entanto, em 1979, o Projeto Rio, implementado pelo Banco Nacional de Habitação junto ao Ministério do Interior, projetou um outro aterro na região da Baía de Guanabara. Marijsse afirma que aquele projeto almejava a remoção das favelas da Maré com um intuito de construir um modo de vida “moderno” e “civilizado”. Ao fim, permitiu-se que os moradores ficassem na região, mas com as palafitas removidas, o que fez com que muitas pessoas fossem movidas para conjuntos habitacionais em aterros próximos: Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança. Conforme argumentado por Marijsse, o projeto de remoção das favelas daquele período teve seu objetivo inicial invertido: ao invés de diminuir, aumentou o número de comunidades do Complexo da Maré.

Nos anos 1990, a remoção dos moradores das últimas palafitas que ainda restavam (em Ramos e Roquete Pinto) deram início à Nova Maré. Ainda na mesma época, com a finalidade de abrigar moradores que tinham sido afetados por fortes chuvas, o Conjunto Salsa e Merengue foi construído pelo governo. Marijsse lembra ainda que, em 1994, o Bairro da Maré foi oficialmente declarado como a 30ª região administrativa da cidade do Rio de Janeiro, semelhante a outras, como a Rocinha e o Complexo do Alemão.

Apesar de cada uma das comunidades formadas ao longo das décadas do século XX ter a sua história, algo as atravessa como eixo comum: um constante processo de marginalização urbano, social e econômico. Marijsse (2017, online) menciona que a narrativa das comunidades da Maré “se forma quase literalmente d’água”. Nos quase 80 anos de consolidação enquanto bairro, muitas heterogeneidades e

identidades foram e continuam se formando. Ao mesmo tempo, toda a rede com-plexa que forma a Maré não apenas como conglomerado urbano, mas também como um conjunto de diversidade cultural, encarou e continua enfrentando múltiplas faces da violência.

A quantificação de dados das favelas, que pode corresponder tanto ao número de habitantes, quanto às mortes causadas por conflitos armados, tem se apresentado como um grande desafio. A dificuldade é de ordem metodológica, mas não exclusivamente. Eugênia Motta (2019) afirma que, desde o primeiro censo realizado nas favelas, em 1950, até os dias atuais, foram criados três métodos distintos para fazer a contagem de dados. A autora indica que as reconfigurações propostas devem ser vistas como modos de se entender a importância política na elaboração de estatísticas.

No primeiro método, Motta indica que a favela era categorizada como “aglomerado subnormal”, quando um certo entendimento de pobreza passou a ser reconhecido pelas estatísticas oficiais. No segundo, a pesquisadora destaca a categoria de “domicílio”, ideia baseada na imobilização e na estabilização de pessoas e casas.

É o terceiro método, o da “autocontagem”, que a autora chama maior atenção para as formas de resistência que organizações encontraram para falar por si próprias. A propósito dessa terceira forma, Motta destaca que: “a realidade estatística produzida pelos órgãos oficiais é vista como falsa por algumas pessoas porque baseada em metodologia ao mesmo tempo inadequada e pautada em preconceito e estigmatização” (MOTTA, 2019, p. 75).

Seguindo o caminho da autocontagem indicado por Motta, a Maré, diferente de textos analíticos que tentam se mostrar neutros, constrói argumentos políticos e morais que justificam os esforços para que novas estatísticas sejam criadas.

É nesse caminho que a Redes da Maré vem, em conjunto com o Observatório das Favelas e o Censo da Maré, elaborando relatórios que, ao traduzirem a Maré em números, também tentam propor alternativas para o desenvolvimento da realidade local.

Segundo o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré de 2019 (REDES DA MARÉ, 2019), o impacto da violência sob a realidade local não apenas teve aumento significativo em relação ao ano anterior, como também se acentuaram os abismos com outras regiões do Rio de Janeiro. O boletim coloca que: a cada 9,4 dias, uma operação policial acontecia na Maré, um resultado de 300 horas durante o ano; 30 pessoas foram feridas nessas operações, enquanto que outras 15 pessoas foram feridas em ações de grupos armados; a cada 7 dias uma pessoa era morta por arma de fogo, sendo que, das 49 totais, 34 foram em decorrência de ação policial e 15 em conflito com grupos armados (REDES DA MARÉ, 2019).

Não bastasse a onda de violência, as desigualdades são radicalizadas à medida que outros setores sociais também sofrem com esse processo. Segundo o mesmo boletim, em decorrência das intervenções policiais em 2019, foram perdidos 24 dias de aulas nas escolas da Maré, o que corresponde a 12% dos dias letivos do ano. Também na saúde, foram cancelados 25 dias de atividades, o que resultou em 15 mil atendimentos a menos para a população. Para além dos impactos numéricos

sob a educação e a saúde, é importante lembrar o modo como tais intervenções violentas atingem diretamente a qualidade de vida das pessoas. Os confrontos armados geram traumas profundos na saúde dos moradores, bem como dos profissionais que atuam nas escolas e nas sete unidades de saúde da Maré.

É fundamental que o recorte racial seja destacado. Das 49 mil vítimas letais, 96% eram pessoas pretas ou pardas; 94% eram homens e 85% tinham idade entre 15 e 29 anos. Na Maré, esses dados são ainda maiores do que os inadmissíveis parâmetros nacionais que, em recortes raciais, correspondem a 75,4% de pretos e pardos mortos de forma violenta. Passados vários anos da abolição oficializada da escravidão no Brasil, o jovem negro continua como alvo das políticas da morte para a qual, segundo relatos de moradores em relação à polícia, a “ordem é atirar para matar” (REDES DA MARÉ, 2019, p. 18).

Segundo o documento:

Como se sabe, a banalização da vida do jovem negro aparece nos dados de letalidade violenta ano após ano. Se a ciência do século XIX afirmava que o homem negro tinha biologicamente tendências à criminalidade, fortalecendo a ideia de um “criminoso-nato”, atualmente, o jovem negro, especialmente o favelado, é considerado, antes de tudo, um suspeito em potencial, e, conseqüentemente, um corpo “matável”. Historicamente, identificamos nas práticas de uma parcela dos profissionais de segurança pública como o racismo se manifesta. Por essa razão, o racismo estrutural precisa ser enfrentado de forma severa pela sociedade brasileira, superando o senso comum que constrói uma visão estereotipada sobre esse perfil de jovem e, conseqüentemente, sobre os moradores de favelas e periferias do país (REDES DA MARÉ, 2019, p. 18)

Todos os dados estatísticos apontados até aqui reforçam que as necropolíticas geradas vão muito além da morte direta daqueles que se envolvem em conflitos policiais ou em confrontos de grupos armados. Conforme mencionado acima, na medida em que a educação e a saúde são áreas afetadas por esse processo, um outro tipo de morte também é gerido. A violência é a expressão máxima das desigualdades presentes em nossa sociedade, já que moradores de favela são lidos como “perigosos” e, portanto, como “inimigos”. A guerra às drogas é usada quase sempre como discurso legitimador da truculência usada pelo Estado, já que a ele cabe “manter a ordem”.

Também é fundamental lembrar que nas favelas há formas de resistência às sistematizações estatísticas oficiais. Na Maré, por exemplo, conforme apontado por Motta (2019), o censo criado em 2010, além de retificar dados, propiciou um movimento para que os moradores dessem nomes às ruas, ação esta que sugeria uma transformação da realidade estatística em realidade cotidiana. Tanto a criação de estatísticas públicas quanto os modos alternativos acima mencionados são formas de classificar e enquadrar pessoas, espaços e relações. “Tratar desde tipo de quantificação, portanto, é tratar de dinâmicas em torno da definição sobre quais são as realidades que (se) contam” (MOTTA, 2019, p. 88).

É importante ter em mente que, para as necropolíticas gestadas desde o

início da favelização, há também as formas de resistência que buscam mostrar alternativas e criar novas formas de vida. Através de suas diversas ações, a Redes da Maré parece estar trilhando por esse caminho.

Dentre os eixos de resistência: o Centro de Artes da Maré

As ações desenvolvidas pela Redes da Maré são destinadas aos 140 mil moradores das 16 favelas que formam o Complexo da Maré. Para tal, estrutura-se em quatro eixos: 1 - Desenvolvimento Territorial; 2 - Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça; 3 - Educação; 4 - Arte, Cultura, Memória e Identidades. Embora o foco deste artigo esteja especificamente nesse último eixo, que aqui é compreendido como agenciador de performatividades, antes de nele nos adentrarmos, os outros eixos são resumidamente apresentados abaixo devido à importância que têm sobre a realidade da Maré. Todos eles atuam de modo interconectado e em cooperação, apesar de gerirem espaços e projetos com focos mais direcionados

No eixo de Desenvolvimento Territorial, o mapeamento desenvolvido em conjunto com os moradores apontado anteriormente serve como ponto norteador. Desde 2018, há uma prioridade em quatro dimensões: mulheres e gênero; redução de danos e políticas de drogas; projetos socioambientais e voltados para a juventude. O eixo é responsável por dois equipamentos: Casa da Mulheres da Maré, voltado para a melhoria de condições de vida das mulheres; e o Espaço Normal, local de referência para prevenção ao uso de drogas. Além desses espaços, o eixo desenvolve diversos projetos, dentre eles: o Censo Maré, Maré Verde e o Maré de Sabores.

O objetivo do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça é de que os moradores tenham plena consciência de seus direitos e reivindiquem melhorias na segurança pública e tenham acesso à justiça. Conforme colocado anteriormente, o combate armado, que é comumente justificado como guerra às drogas, é o paradigma que esse eixo tenta enfrentar. Para tal, alguns de seus projetos são: Maré de Direitos, que busca garantir e ampliar os direitos dos moradores; De Olho na Maré, que sistematiza os dados sobre violência nas 16 favelas do complexo; e o Fórum Basta de Violência! Outra Maré é Possível, que debate a questão da segurança pública com moradores, instituições públicas e não governamentais.

O eixo Educação está ligado às origens da Redes da Maré, quando buscou ampliar as possibilidades escolares e a qualificação profissional dos moradores. Além de formar tecnicamente os profissionais para o mercado de trabalho, esse eixo procura desenvolver a consciência crítica dos moradores, sobretudo naquilo que diz respeito às dificuldades históricas das favelas. Dentre os diversos projetos que desenvolve, alguns deles são: o Curso Preparatório para o Ensino Médio; o Curso Pré-Vestibular; a Complementação Pedagógica; e o projeto Nenhum a Menos, que busca fazer um trabalho em conjunto entre crianças e suas famílias para evitar a evasão escolar.

Como proposta geral, o eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades visa as experiências artísticas como potencializadoras do território subjetivo dos sujeitos, de modo que se amplie também as capacidades de imaginar, compreender e agir no mundo. Por esse motivo que esse eixo é aqui apresentado como instigador de

ações performativas já que, à medida que o imaginário é trabalhado, aperfeiçoa-se também as possibilidades de desestabilização da realidade local – e, dentro dela, todos os dispositivos da necropolítica que assolam a vida dos moradores da Maré. Ou, como coloca Tavia Nyong'o (2019, p. 27), é uma forma de fazer história que, durante o processo de mostrar-se da narrativa, os mecanismos dessa história podem ser desfeitos.

São três os equipamentos geridos pelo eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades: a Biblioteca Popular Escritor Lima Barreto; a Lona Cultural Municipal Herbert Vianna; e o Centro de Artes da Maré. Além dos equipamentos, diversos projetos são desenvolvidos em conjunto entre moradores, artistas e produtores culturais, dentre eles: a Mostra Maré de Música; a Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM); o Núcleo de Memórias e Identidades da Maré (NUMIN); e a Escola Livre da Dança da Maré (ELDM).

Embora os três primeiros eixos acima mencionados (Desenvolvimento Territorial; Segurança Pública e Justiça; Educação) sejam fundamentais como forma de combate às necropolíticas que assolam há décadas a Maré, o eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades pode ser visto, especificamente aqui retratado no recorte das atividades desenvolvidas no Centros de Artes da Maré, como agenciador de ações performativas fundamentais que fazem com que certas narrativas se tornem presentes. O tipo de ação criado por ele talvez seja um modo de enfrentamento às formas de precarização da vida que se desenham de maneira menos evidente e que agem na linguagem e na produção de subjetividade. Considerando as necropolíticas que assolam a Maré, as ações do Centro de Artes da Maré apontam para o desenvolvimento de uma empatia radical (VALVERDE, 2015).

Clara Valverde reconhece que em países com violência política e traumas do passado, a habilidade de sentir empatia está danificada. Apesar disso, para que haja alguma possibilidade de mudança, continua sendo elemento central.

Para sentir empatia, é necessário lamentar os danos que ainda são carregados pelo consciente e inconsciente; reconhecer e poder fazer as pazes com o desejo de dividir e polarizar que interfere no trabalho pela justiça social. É preciso elaborar, por meio de palavras com emoções e emoções com palavras, as histórias de cada família, dos perdidos, do medo e da raiva; (VALVERDE, 2015, p. 130).

Situado na Nova Holanda, próximo à Avenida Brasil, o Centro de Artes da Maré ocupa um galpão de cerca de 1200 metros quadrados e é subdividido em dois salões amplos. As pesquisadoras Marina Henriques Coutinho e Silvia Soter (2019) sustentam a hipótese de que o Centro de Artes da Maré apresenta-se como uma espécie de fissura no Rio de Janeiro, cidade extremamente marcada por desigualdades sociais, pelo abandono e precarização da educação e da saúde, pela gentrificação causada pela especulação imobiliária, além da violência já mencionada

†Tradução própria de: "Para poder sentir empatia es necesario hacer el duelo del daño que aún se lleva en el consciente y en el inconsciente, reconocer y poder hacer las paces con esas ganas de dividir y polarizar que interfieren en el trabajo por la justicia social. Se necesita elaborar, a través de las palabras con emociones y de las emociones con palabras, las historias de cada familia, de lo perdido, del miedo y de la rabia" (VALVERDE, 2015, p. 130).

anteriormente. Seguindo algumas colocações do geógrafo David Harvey, Coutinho e Soter argumentam que, nesse cenário, há uma diferença abissal de direitos sobre a cidade, sendo que aqueles que têm direito conseguem usufruí-la e aqueles que não o têm vivem em situação de extrema dificuldade. Diante disso, as autoras apre-sentam o Centro de Artes da Maré como um lugar de “encontro, de convívio e de solidariedade [que] nos parece um exemplo de que a cidade pode ser reinventada a partir do exercício coletivo de inúmeras pessoas que realizam, naquele espaço, o inédito-viável” (COUTINHO; SOTER, 2019, p. 64).

Conceito originalmente apresentado por Paulo Freire, o inédito-viável é uma proposta de superação de aspectos opressores que desenham a realidade. Coutinho e Soter sublinham que essa é uma luta de natureza utópica e que convoca a consciência crítica a partir de um desejo coletivo por transformação. Nascido da parceria entre a coreógrafa Lia Rodrigues e a fundadora e diretora da Redes da Maré, Eliana Sousa Silva, o Centro de Artes da Maré reúne pessoas de todas as idades, moradores de dentro e de fora da Maré, estudantes, professores, artistas, pesquisadores de diferentes cidades e mesmo de outros países.

A partir da proposta de John Holloway (apud COUTINHO; SOTER, 2019, p. 64), que argumenta que é necessário criar fissuras frente à sensação de não esperança promovida pelo capitalismo, Coutinho e Soter apontam que as ações no Centro de Artes da Maré podem ser compreendidas sob essa ótica. Seguindo Holloway, as autoras colocam que fissuras começam com um não, e que é dele que uma dignidade cresce como arma contra um mundo injusto, violento e discriminatório.

Em que medida podemos considerar o CAM [Centro de Artes da Maré] e o seu conjunto de ações como o “limiar de um contra-mundo”? Como [criar] uma fissura espaço-temporal na cidade desigual e contraditória? Seria essa uma das razões para o encantamento que arrebatou muitos dos que lá convivem? Afinal, se na dinâmica do mundo em que vivemos reinam o individualismo, a competição, a violência, o medo, a insegurança, ali, nos encontros promovidos pela arte, existe a tentativa de resgatar os valores mais caros à convivência humana (COUTINHO; SOTER, 2019, p. 65).

Dessa forma, o Centro de Artes da Maré apresenta-se como espaço em que são experimentados valores contrários àqueles sustentados por uma lógica mais perversa proveniente das necropolíticas neoliberais. Ao invés da competição, por exemplo, sustenta-se a solidariedade, a camaradagem e a amizade. Coutinho e Soter, no entanto, chamam atenção para o fato de que seria ingênuo reconhecer uma autonomia plena do Centro de Artes da Maré, pois não podemos considerá-lo isolado de um contexto mais amplo. Contudo, o simples fato de aspirar estar fora desse sistema e atuar para tal já é, segundo as autoras, um ponto que qualifica de outra maneira as ações que lá são desenvolvidas.

Na proposta de gerir espaços que despertam novos estados do modo de estar junto, o Centro de Artes da Maré propõe, dentre outros, projetos focados exclusivamente no ensino e na difusão do teatro e da dança. A parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e a Redes da Maré é responsável,

desde 2011, pelo Programa de Extensão Teatro em Comunidades. Também em 2011, a parceria com a Lia Rodrigues Cia de Danças deu resultado à Escola Livre de Dança da Maré.

O Programa Teatro em Comunidades oferece aulas de teatro para jovens entre 13 e 21 anos, ministradas por alunos do curso de Licenciatura em Teatro da Uni-rio. Além das aulas, visitas à universidade e acompanhamentos de peças teatrais fora da Maré também são oferecidos. E, em todo final de ano, a mostra Maré de Es-petáculos exhibe peças teatrais para o público do Centro de Artes da Maré. Coutinho e Soter identificam esse evento como fundamental não somente para os alunos e artistas que se apresentam, mas também para as famílias e moradores mareenses que vêm lotando os espaços de apresentação nos últimos anos.

Outro ponto destacado pelas autoras e que pode ser entendido como uma ação performativa é a troca entre alunos da Maré e estudantes de teatro da Unirio. Esse encontro contribui com a formação de ambas as partes. Ao desenvolverem práticas pedagógicas que precisam estar abertas à realidade local, os estudantes da Unirio exercitam habilidades fundamentais para a prática do ensino. Do outro lado, os alunos da Maré têm a oportunidade de ter contato com uma realidade que é distante para muitos deles, além de poderem experimentar modos de aprender que fogem de um ensino considerado mais formal em que há um direcionamento mais determinado de quem ensina e de quem aprende.

Phellipe Azevedo (apud COUTINHO; SOTER, 2019), estudante de Licenciatura em Teatro da Unirio e um dos professores do programa, afirma que é comum que as montagens realizadas pelos adolescentes tragam tanto temas que são caros a essa faixa etária (como *bullying*, paixonites, mudanças corporais), quanto questões da realidade da Maré (como intervenção policial, violência e tráfico de drogas). Segundo Azevedo, as escolhas estéticas também têm investido em narrativas que não são sustentadas por personagens, textos e falas decoradas. Ao invés disso, tem-se optado por elementos próximos à vida cotidiana, como depoimentos, relatos e cartas feitas pelos próprios participantes. Coutinho e Soter apontam que, dadas as performances de caráter autobiográfico e a inclusão de não-atores nesses processos, “não seria arriscado afirmar que, mais do que como atores, os adolescentes agiam como *performers*” (COUTINHO; SOTER, 2019, p. 70, grifo das autoras).

A Escola Livre de Dança da Maré é, por sua vez, estruturada em dois núcleos distintos. No Núcleo 1, são oferecidas aulas de dança de diferentes modalidades e aulas de práticas corporais, como yoga. O Núcleo 2 é a ligação mais estreita entre a escola e a Lia Rodrigues Companhia de Danças. Nesse núcleo, os alunos têm uma formação intensiva em dança, com quatro horas de aulas de segunda a sexta-feira. Coordenadora pedagógica desse núcleo, Silvia Soter destaca que a formação não é “diplomante”, ou seja, o propósito final não é entregar certificados como em um curso convencional, mas “expandir o horizonte de possibilidades desses jovens por meio da dança, permitindo que a mesma se torne até uma escolha profissional possível” (COUTINHO; SOTER, 2019, p. 71).

Através das ações desenvolvidas no Núcleo 1, percebe-se uma democratização do acesso a cursos gratuitos de dança, que não são ofertados exclusivamente

aos moradores da Maré, mas também a outras pessoas que estejam interessadas. Os alunos da formação intensiva do Núcleo 2 recebem uma ajuda de custo, que cobre o pagamento do transporte até a escola e que auxilia minimamente para que haja uma dedicação aos estudos.

A Escola Livre de Danças da Maré é mantida por meio de leis de incentivo e por parcerias com a Redes da Maré e com a Lia Rodrigues Cia de Dança. Vale lembrar que essa última, por sua vez, consegue existir por conta de parcerias criadas com entidades estrangeiras.

A análise de Adriana Pavlova (2015) mostra por exemplo que, em 2015, a companhia ganhou R\$ 225 mil de um edital da Prefeitura do Rio de Janeiro, valor que foi decisivo para a concepção de um espetáculo em 2016 (*Para que o céu não caia*). No mesmo ano, foi contemplada com R\$ 100 mil pelo Prêmio Klaus Vianna, que garantiu incentivos ao trabalho do Núcleo 2. Um ano antes, em 2014, Lia Rodrigues ganhou 25 mil dólares do Prêmio Prince Claus, dado pelo Governo da Holanda para artistas internacionais e que foi investido no dia a dia da companhia. Para a criação de *Para que o céu não caia*, em 2016, houve também apoio de produtores da França e da Alemanha.

A instabilidade de financiamento da Lia Rodrigues Companhia de Dança afeta diretamente o orçamento da Escola Livre de Danças da Maré, o que faz com que a coordenação precise repensar constantemente as estratégias de ação. Coutinho e Soter enfatizam que, por esse motivo, Lia Rodrigues aposta em uma “metodologia mutante”, já que a escola, para permanecer, precisa se adaptar aos limites, às possibilidades e oportunidades que mudam o tempo todo.

Coutinho e Soter destacam o Centro de Artes da Maré como importante e necessário laboratório de encontros. Além de ser espaço de formação para moradores da Maré e de outros bairros do Rio de Janeiro, ele é um lugar em que, através de experimentações e apresentações artísticas, outras subjetividades são fomentadas. Talvez, um dos elementos mais potentes do Centro de Artes da Maré esteja na empatia radical mencionada por Valverde (2015) já que ele possibilita, através das ações performativas que promove tanto no ensino quanto nas apresentações artísticas, encontros que instigam modos de lidar e aprender com as diferenças.

Considerações finais

Mesmo depois dos quase 200 anos de independência do Brasil e dos mais de 120 anos de abolição oficial da escravidão, há ainda fortes vestígios do processo colonial. A alta desigualdade econômica e social e as múltiplas faces da violência parecem ser as feridas que mais persistem a se cicatrizar. No Complexo da Maré, essas marcas não poderiam deixar de estar presentes, já que sua história condensa uma série de fatos que giram em torno das políticas da morte.

A Redes da Maré, com pouco mais de uma década de existência, tenta resistir às necropolíticas que são históricas, mas que também se reinventam e instauram novas formas de cooptação da vida. Além da violência policial e de grupos armados, há que se considerar os processos de dessubjetivação que, dentre outras causas, limita a possibilidade de que os moradores do Complexo da Maré se reco-

nheçam como cidadãos.

Para que alguns reparos sejam minimamente feitos, é indispensável a atuação em áreas de segurança pública, replanejamento urbano, saúde e educação. No entanto, a Redes da Maré, ciente de que há domínios que nem sempre são visíveis e que também precisam ser cuidados, busca, através de seu centro de artes, fortalecer as dimensões criativas e narrativas. O contato com a diversidade e a relação com o ambiente ao redor são instigados em níveis de descrição que não apartam ação artística e cidadania. Cria-se, dessa forma, uma ação performativa que, ao persistir no tempo, se expande daquilo que é criado e apresentado, buscando, com isso, ativar novos modos de percepção e ação do corpo.

No Centro de Artes da Maré, aqueles que por lá passam são convidados, o tempo todo, a exercitar o gesto de estar e lidar com o outro. Em um ambiente marcado pela produção de morte, talvez essa seja uma forma de criar, no corpo, a vitalidade necessária para continuar e para poder transformar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Trad.: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

COUTINHO, Marina H.; SOTER, Silvia. Teatro e Dança no Centros de Artes da Maré: ações de contra-mundo. **Urdimento**, Florianópolis, v.1, n.34, p. 60-76, mar.-abr. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101342019060>>. Acesso em: 10 jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1414573101342019060>.

MARIJSSE, Simon. Um mergulho na história: o nascimento e formação do Complexo da Maré. **Rio on watch**: relato das favelas cariocas, Rio de Janeiro, 19 jan. 2017. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=23997#:~:text=A%20Favela%20de%20Timbau%20foi,Sapateiro%20em%201956%20o%201957%E2%80%B3.&text=At%C3%A9%20o%20in%C3%ADcio%20dos%20anos,a%20configura%C3%A7%C3%A3o%20original%20da%20Mar%C3%A9.>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad.: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad.: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MOTTA, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in) quantificável. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 72-94, Abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132019000100072&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2020. Epub May

30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n1p072>.

NYONG'O, Tavia. **Afrofabulations**: the queer drama of black life. New York: New York University Press, 2019.

PAVLOVA, Adriana. **Dança e política**: movimentos da Lia Rodrigues Companhia de Danças na Maré, 2015. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena) – Escola de Comunicação/Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REDES DA MARÉ. **Redes da Maré**, 2020. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/br/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica_2019.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VALVERDE, Clara. **De la necropolítica neoliberal a la empatia radical**: vio-lência discreta, cuerpos excluídos y repolitización. Barcelona: Editorial Icària, 2015.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Trad.: Marie-Anne Kremmer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.